



LEI Nº 4092, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

"Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Balneário Camboriú para o Exercício Financeiro de 2018."

Prefeito Municipal de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, Faço Saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Balneário Camboriú, para o exercício financeiro de 2018, em R\$ 883.168.325,50 (oitocentos e oitenta e três milhões, cento e sessenta e oito mil, trezentos e vinte e cinco reais e cinquenta centavos), compreendendo:

I - o Orçamento Fiscal; e

II - o Orçamento da Seguridade Social.

Parágrafo único. Para efeito deste artigo, entende-se por Seguridade Social, o conjunto de ações destinadas a assegurar o direito à saúde, à previdência social e à assistência social.

Capítulo II DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I Da Estimativa da Receita

Art. 2º A receita total estimada para o orçamento de 2018 é de R\$ R\$ 883.168.325,50 (oitocentos e oitenta e três milhões, cento e sessenta e oito mil, trezentos e vinte e cinco reais e cinquenta centavos), distribuída entre o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social:

I - Orçamento Fiscal: R\$ 703.035.045,50 (setecentos e três milhões, trinta e cinco mil, quarenta e cinco reais e cinquenta centavos); e

II - Orçamento da Seguridade Social: R\$ 180.133.280,00 (cento e oitenta milhões, cento e trinta e três mil e duzentos e oitenta reais).

Art. 3º A receita estimada será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, rendas, receita de serviço e demais receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada por categoria econômica e origem conforme Anexo I desta Lei e anexos da Lei Federal nº 4.320/1964, distribuída entre administração direta e indireta conforme a seguir:

I - Administração Direta:

- a) Prefeitura Municipal: R\$ 616.787.944,50 (seiscentos e dezesseis milhões, setecentos e oitenta e sete mil, novecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos);
- b) Fundo Municipal de Saúde: R\$ 30.353.000,00 (trinta milhões, trezentos e cinquenta e três mil reais);
- c) Fundo Municipal de Assistência Social: R\$ 2.409.580,00 (dois milhões, quatrocentos e nove mil e quinhentos e oitenta reais);
- d) Fundo Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente: R\$ 56.101,00 (cinquenta e seis mil e cento e um reais);
- e) Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais);
- f) Fundo Rotativo do Bem Estar Social: R\$ 2.610.000,00 (dois milhões e seiscentos e dez mil reais);
- g) Fundo Municipal de Turismo: R\$ 1.139.000,00 (um milhão e cento e trinta e nove mil reais);
- h) Fundo Municipal de Trânsito: R\$ 983.000,00 (novecentos e oitenta e três mil reais);
- i) Fundo Municipal de Defesa dos Direitos do Consumidor: R\$ 424.000,00 (quatrocentos e vinte e quatro mil reais);
- j) Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público: R\$ 19.256.700,00 (dezenove milhões, duzentos e cinquenta e seis mil e setecentos reais); e
- k) Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

II - Administração Indireta:

- a) Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos: R\$ 127.764.000,00 (cento e vinte e sete milhões e setecentos e sessenta e quatro mil reais);
- b) Empresa Municipal de Água e Saneamento: R\$ 79.605.000,00 (setenta e nove milhões e seiscentos e cinco mil reais);
- c) Fundação Cultural de Balneário Camboriú: R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais); e
- d) Fundação Municipal de Esportes: R\$ 1.025.000,00 (um milhão e vinte e cinco mil reais).

Seção II
Da Fixação da Despesa

Art. 4º A despesa total fixada para o orçamento de 2018 é R\$ R\$ 883.168.325,50 (oitocentos e oitenta e três milhões, cento e sessenta e oito mil, trezentos e vinte e cinco reais e cinquenta centavos), distribuída entre o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social:

I - Orçamento Fiscal: R\$ 562.518.916,90 (quinhentos e sessenta e dois milhões, quinhentos e dezoito mil, novecentos e dezesseis reais e noventa centavos); e

II - Orçamento da Seguridade Social: R\$ 320.649.408,60 (trezentos e vinte milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e oito reais e sessenta centavos), que deverá ser executado pelos órgãos orçamentários assim distribuídos:

- a) Prefeitura Municipal: R\$ 14.796.725,00 (quatorze milhões, setecentos e noventa e seis mil e setecentos e

vinte e cinco reais);

b) Fundo de Assistência a Saúde do Servidor Público: R\$ 19.056.700,00 (dezenove milhões, cinquenta e seis mil e setecentos reais);

c) Fundo Municipal de Saúde: R\$ 148.595.528,60 (cento e quarenta e oito milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, quinhentos e vinte e oito reais e sessenta centavos);

d) Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: R\$ 5.250.000,00 (cinco milhões e duzentos e cinquenta mil reais)

e) Fundo Municipal da Assistência Social: R\$ 5.168.855,00 (cinco milhões, cento e sessenta e oito mil e oitocentos e cinquenta e cinco reais); e

f) Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais: R\$ 127.781.600,00 (cento e vinte e sete milhões, setecentos e oitenta e um mil e seiscentos reais).

Parágrafo único. Do montante fixado no inciso II deste artigo, a quantia de R\$ 140.516.128,60 (cento e quarenta milhões, quinhentos e dezesseis mil, cento e vinte e oito reais e sessenta centavos) será custeada com recursos do Orçamento Fiscal do Município.

Art. 5º A despesa fixada será realizada obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica da despesa, conforme demonstrado pelos Anexos II a IV desta Lei e anexos da Lei Federal nº 4.320/1964.

Parágrafo único. A despesa será fixada entre os órgãos da administração direta e indireta conforme a seguir:

I - Administração Direta:

a) Prefeitura Municipal: R\$ 424.134.840,90 (quatrocentos e vinte e quatro milhões, cento e trinta e quatro mil, oitocentos e quarenta reais e noventa centavos);

b) Fundo Municipal de Saúde: R\$ 148.595.528,60 (cento e quarenta e oito milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, quinhentos e vinte e oito reais e sessenta centavos);

c) Fundo Municipal de Assistência Social: R\$ 5.168.855,00 (cinco milhões, cento e sessenta e oito mil e oitocentos e cinquenta e cinco reais);

d) Fundo Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente: R\$ 1.554.101,00 (um milhão quinhentos e cinquenta e quatro mil e cento e um reais);

e) Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: R\$ 5.250.000,00 (cinco milhões e duzentos e cinquenta mil reais);

f) Fundo Rotativo do Bem Estar Social: R\$ 3.180.000,00 (três milhões cento e oitenta mil reais);

g) Fundo Municipal de Turismo: R\$ 6.397.200,00 (seis milhões, trezentos e noventa e sete mil e duzentos reais);

h) Fundo Municipal de Trânsito: R\$ 19.373.000,00 (dezenove milhões e trezentos e setenta e três mil reais);

i) Fundo Municipal de Defesa dos Direitos do Consumidor: R\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais);

j) Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público: R\$ R\$ 19.056.700,00 (dezenove milhões, cinquenta e seis mil e setecentos reais);

k) Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros: R\$ 2.270.500,00 (dois milhões, duzentos e setenta mil e quinhentos reais); e

l) Câmara Municipal: R\$ 19.500.000,00 (dezenove milhões e quinhentos mil reais).

II - Administração Indireta:

a) Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais: R\$ R\$ 127.781.600,00 (cento e vinte e sete milhões, setecentos e oitenta e um mil e seiscentos reais);

- b) Empresa Municipal de Água e Saneamento: R\$ 89.005.000,00 (oitenta e nove milhões e cinco mil reais);
- c) Fundação Cultural de Balneário Camboriú: R\$ 2.746.000,00 (dois milhões e setecentos e quarenta e seis mil reais); e
- d) Fundação Municipal de Esportes: R\$ 8.815.000,00 (oito milhões e oitocentos e quinze mil reais);

Capítulo III

DA AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Art. 6º O Executivo está autorizado, nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do orçamento das despesas, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III - o produto de operações de crédito autorizadas.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei Federal nº 4.320/1964 será realizado em cada fonte de recurso e respectivos detalhamentos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida no parágrafo único do artigo 8º, e inciso I artigo 50, todos da Lei Responsabilidade Fiscal.

§ 2º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos e respectivos detalhamentos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e inciso I art. 50 da Lei Responsabilidade Fiscal.

§ 3º Excluem-se deste limite, os créditos adicionais, decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite apurado no Balanço do exercício anterior, por conta do superávit financeiro, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. Os créditos adicionais suplementares abertos por conta do superávit financeiro, não contarão para apuração do limite disposto no artigo anterior.

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a transpor, remanejar ou transferir recursos dentro da mesma categoria de programação, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo, nos limites estabelecidos no artigo 6º desta Lei.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, entende-se por categoria de programação o órgão, a unidade, a função, a subfunção, o programa e a ação, podendo ser projeto, atividade ou operação especial.

Art. 9º As destinações de recursos, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, para atender às necessidades de execução do orçamento, por decreto do Poder Executivo.

Art. 10 As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo

de caixa.

Art. 11 Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso de arrecadação poderão ser utilizados como fontes de recurso para abertura de créditos adicionais suplementares, por ato do Chefe do Poder Executivo ou através de autorização legislativa específica para os créditos especiais não previstos.

Art. 12 Os saldos provenientes dos créditos adicionais especiais e extraordinários, abertos nos últimos 4 (quatro) meses do exercício, podem ser reabertos para o exercício seguinte, mediante ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme dispositivos da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 13 Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento dos passivos contingentes, conforme disposto no demonstrativo de riscos fiscais e providências da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018, conforme a seguir:

I - Passivos Contingentes - RPPS: R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); e

II - Demais Passivos Contingentes: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de passivos contingentes especificados no demonstrativo de riscos fiscais e providências.

§ 2º Não se efetivando até o dia 10/12/2018 os passivos contingentes e demais riscos fiscais previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender os demais riscos fiscais passivos, desde que tenha reserva de recursos financeiros para os mesmos.

Art. 14 Os recursos da Reserva de Contingência da Unidade Gestora Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Balneário Camboriú - BCPREVI, não tratados no artigo anterior, serão destinados à formação de reservas matemáticas, visando garantir o pagamento dos benefícios previdenciários futuros.

Capítulo IV DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 15 Em cumprimento ao disposto no art. 32, § 1º, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, fica autorizada a contratação de operações de créditos.

Parágrafo único. A autorização de que trata este artigo fica condicionada ao limite de endividamento do município e demais limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Capítulo V DA AUTORIZAÇÃO PARA FORMALIZAÇÃO DE TERMOS, ACORDOS E CONVÊNIOS

Art. 16 Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 17 Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os Governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta.

Art. 18 Fica o Executivo Municipal autorizado a transferir recursos orçamentários a instituições privadas sem fins lucrativos, de caráter educativo, cultural, assistencial, recreativo, saúde, esportivo e de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo, demonstrando o montante máximo dos repasses.

Parágrafo único. A transferência de recursos financeiros do tesouro municipal às instituições privadas sem fins lucrativos está condicionada a observância dos artigos 36 e 37 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018.

Capítulo VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19 Passam a integrar esta Lei, os seguintes Anexos:

I - Receita estimada por categoria econômica e origem dos recursos;

II - Classificação da despesa por órgão orçamentário;

III - Classificação da despesa por função de governo;

IV - Classificação da despesa por programa de governo;

V - Receita de despesa por fonte de recursos;

VI - Demonstrativo da evolução da receita;

VII - Demonstrativo da evolução da despesa;

VIII - Planilha detalhada da despesa;

IX - Anexos da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 20 A presente Lei irá vigorar durante o exercício de 2018, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2018.

Balneário Camboriú (SC), 22 de dezembro de 2017.

FABRÍCIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 29/12/2017